

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

SENHORES ACIONISTAS:

Cumprindo as disposições legais, temos a satisfação de submeter à vossa apreciação os Balanços Patrimoniais e demais demonstrações contábeis relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e 2009. Esta diretoria permanece ao inteiro dispor para quaisquer informações que se verifiquem necessárias.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia nacional no ano de 2010, após a redução da atividade econômica ocorrida em 2009, apresentou forte recuperação. O bom desempenho do mercado de trabalho aumentou a massa salarial real e reduziu a taxa de desemprego. A criação de empregos formais foi recorde em 2010. O mercado de crédito evoluiu positivamente elevando substancialmente o volume de operações de crédito às pessoas físicas. O dinamismo da economia brasileira impulsionada principalmente por esses dois mercados elevou a demanda doméstica e pressionou as importações. O setor de construção civil cresceu 11,6% em 2010 e a indústria, em todos os seus setores de atividade, cresceu 10,1% no mesmo período. O produto interno bruto aumentou 7,5% em 2010, reflexo do crescimento de consumo das famílias de 7,0% e do crescimento dos investimentos, formação bruta de capital fixo, de 21,8%.

MERCADO - CIMENTO

As informações preliminares divulgadas pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - SNIC para o ano de 2010 indicam volume despachado de cimento pela indústria nacional de 59.121 mil toneladas, sendo que desse volume apenas 36 mil toneladas correspondem a exportações de cimento. Vale destacar o crescimento de 57,9% nos despachos realizados pelas fábricas da região norte, em grande parte devido ao aumento da capacidade instalada naquela região. O segundo destaque coube ao crescimento da região sudeste que foi de 13,9%, o maior crescimento entre demais regiões do país, sendo que a venda para o mercado interno nesta região atingiu 29.632 mil toneladas.



A região Sudeste manteve sua posição como maior produtora de cimento em 2010 e despachou 50,1% da demanda brasileira.

DESEMPENHO DA CIMENTO TUPI

VENDAS - CIMENTO

As vendas de cimento da Cimento Tuipi S.A. e o desempenho da indústria de cimento em 2010 podem ser assim sumarizados:

DESPACHO POR REGIÃO em mil/t			
	2010*	2009	Var%
Sudeste	29.632	26.013	13,9%
Sul	8.731	7.907	10,4%
Sul/Sudeste	38.363	33.920	13,1%
Brasil	59.121	51.501	14,8%
Cimento Tuipi	1.799	1.694	6,2%

* SNIC -Preliminar
O volume total comercializado pela Cimento Tuipi S.A. apresentou aumento de 6,20% em relação ao registrado em 2009 e sua participação no mercado Brasileiro em 2010 foi de 3,04%, como demonstra o quadro a seguir:

MARKET SHARE (%)		
	2010	2009
Sudeste	6,07%	6,51%
Sul/Sudeste	4,69%	4,99%
Brasil	3,04%	3,29%

O quadro abaixo demonstra a evolução das vendas da Companhia por ano.



PREÇOS PRATICADOS

O crescimento da demanda de cimento e a maior utilização da capacidade instalada da indústria, contribuíram para elevação dos preços praticados pela Companhia principalmente na segunda metade do ano de 2010. O gráfico a seguir apresenta os Preços Brutos (R\$/ton) para os anos de 2001 a 2010.



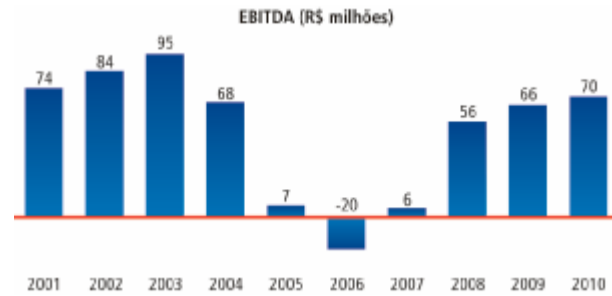
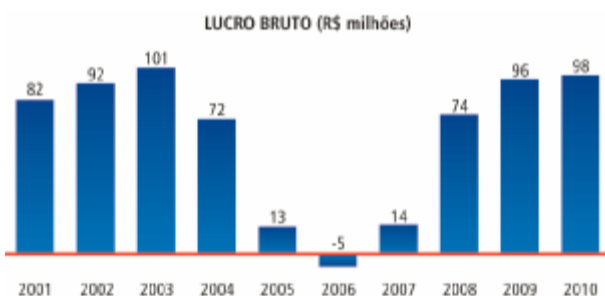
RESULTADO OPERACIONAL

Receita Operacional

O faturamento líquido da Companhia alcançou R\$ 374.783 mil no exercício de 2010, crescimento de 7,59% em relação ao exercício de 2009, que foi de R\$ 348.342 mil.

Lucro Bruto e EBITDA

O lucro bruto e o Ebitda da Companhia, apresentaram os mesmos resultados positivos obtidos nos dois anos anteriores. Recolocada e estabilizada a relação entre os preços de venda de cimento e os custos de produção de cimento, a Companhia conseguiu lucro bruto de R\$ 98.590 mil e ebitda de R\$ 70.186 mil. O quadro abaixo apresenta o resultado desses indicadores financeiros nos últimos 10 anos.



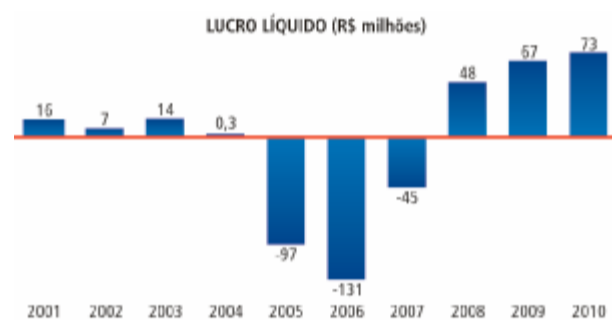
Nesse cenário a Companhia obteve Ebitda positivo decomposto conforme indicado na tabela a seguir:

(R\$ milhões)	2010	2009
Lucro Bruto	98	96
Despesas com Vendas	7	7
Despesas Gerais e Administrativas	42	35
Lucro Operacional*	49	54
Depreciação, Amortização e Exaustão	4	7
Despesas (Receitas) não recorrentes	17	5
EBITDA	70	66

* Antes das despesas e receitas financeiras

Resultado do Exercício

O lucro líquido da Companhia foi positivo no valor de R\$ 72.850 mil em 2010 e é decorrente principalmente dos reflexos da recomposição operacional e da reestruturação financeira. As despesas financeiras líquidas em 2010 foram de R\$ 8.051 mil e as receitas financeiras suplantaram as despesas financeiras consolidadas em R\$ 11.923 mil no ano de 2009.



AUDITORIA EXTERNA

Com o objetivo de atender a instrução CVM 381, a Cimento Tuipi informa que a empresa de auditoria Ernst & Young Terco, não lhe prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2010.

A política da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios, internacionalmente aceitos, consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009	01/01/2009		2010	2009	01/01/2009
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	7.653	16.252	30.440	Fornecedores.....	9.533	10.067	10.214
Contas a receber (Nota 4).....	26.618	24.187	21.974	Salários e encargos sociais.....	4.493	3.883	3.514
Estoques (Nota 5).....	49.534	53.244	37.920	Empréstimos e financiamentos (Nota 10).....	36.007	1.527	10.017
Títulos a receber (Nota 7).....	-	-	23.053	Partes relacionadas (Nota 11).....	18.586	11.199	31.936
Tributos a recuperar (Nota 6).....	4.538	9.296	3.855	Tributos a recolher.....	19.252	19.625	22.325
Adiantamentos a fornecedores.....	2.521	1.068	1.612	Juros sobre o capital próprio e dividendos (Nota 14).....	11.011	71	71
Outros.....	488	397	3.077	Contas a pagar sobre processo judicial (Nota 12).....	4.500	10.500	15.000
Total do ativo circulante.....	91.352	104.444	121.931	Outras contas a pagar.....	3.790	3.746	5.044
Não circulante				Total do passivo circulante.....	107.172	60.618	98.121
Tributos a recuperar (Nota 6).....	2.412	-	-	Não circulante			
Títulos a receber (Nota 7).....	23.342	21.096	27.441	Empréstimos e financiamentos (Nota 10).....	19.153	-	1.419
Estoques (Nota 5).....	4.324	18.684	32.310	Impostos e contribuições parcelados (Nota 13).....	35.307	38.232	24.234
Partes relacionadas (Nota 11).....	186.672	66.122	14.144	Provisão para contingências (Nota 16).....	1.693	1.433	38.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15).....	27.034	-	-	Imposto de renda e contribuição social sobre venda de ativos.....	-	-	1.320
Depósitos judiciais (Nota 16).....	2.955	2.111	2.054	Total do passivo não circulante.....	56.153	39.665	65.155
Investimentos				Patrimônio líquido (Nota 14)			
Empresas controladas (Nota 8).....	42.042	47.788	39.608	Capital social.....	279.891	279.891	279.891
Demais investimentos.....	2.082	2.082	2.082	Reservas de capital.....	67.705	67.705	67.705
Imobilizado.....	121.129	114.704	127.696	Prejuízos acumulados.....	(6.351)	(66.331)	(133.386)
Intangível.....	1.226	4.517	10.250	Total do patrimônio líquido.....	341.245	281.265	214.210
Total do ativo não circulante.....	413.218	277.104	255.555	Total do passivo e patrimônio líquido.....	504.570	381.548	377.486
Total do ativo.....	504.570	381.548	377.486				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto lucro por ações, apresentado em reais)

	2010	2009
Receita operacional líquida (Nota 21).....	374.783	348.342
Custo dos produtos vendidos.....	(276.193)	(252.250)
Lucro bruto.....	98.590	96.092
Despesas operacionais		
Com vendas.....	(6.883)	(6.864)
Gerais e administrativas.....	(23.728)	(23.656)
Honorários dos administradores (Nota 20).....	(3.395)	(2.828)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8).....	3.646	(2.865)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 22).....	(15.471)	(8.394)
Lucro operacional antes do resultado financeiro.....	52.759	51.485
Resultado financeiro (Nota 23)		
Despesas financeiras.....	(24.510)	(1.595)
Receitas financeiras.....	16.459	13.518
	(8.051)	11.923
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	44.708	63.408
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15).....	15.272	3.647
Reversão dos juros sobre capital próprio.....	12.870	-
Lucro líquido do exercício.....	72.850	67.055
Ações em circulação no final do exercício (em milhares).....	214.672	214.672
Lucro por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R\$.....	339,35	312,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	2010	2009
Atividade operacional		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	44.708	63.408
Ajustes para conciliar o lucro antes dos impostos às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação/amortização.....	3.684	7.373
Resultado com alienação de ativo imobilizado.....	876	3.509
Resultado com alienação de ativo intangível.....	3.290	5.733
Provisão para perda de imobilizado.....	11.055	-
Perda (ganho) de equivalência patrimonial.....	(3.646)	2.865
Redução multa/juros sobre parcelamento Lei 11.941/09.....	-	(6.111)
Provisão de juros sobre o capital próprio.....	12.870	-
Contingências fiscais.....	260	1.433
Variação cambial sobre mútuo.....	-	(2.312)
Multas e juros sobre ativos e passivos.....	(5.557)	(4.263)
Lucro líquido ajustado.....	67.540	71.635
(Aumento)/diminuição das contas do ativo		
Duplicatas a receber.....	(2.429)	(2.213)
Títulos a receber.....	-	33.172
Impostos a recuperar.....	(2.229)	(5.143)
Estoques.....	18.070	(1.699)
Adiantamentos a fornecedores.....	(1.453)	544
Outros créditos.....	517	2.680
Depósitos judiciais.....	(842)	(57)
Aumento/(diminuição) das contas do passivo		
Fornecedores.....	82	4
Tributos a recolher.....	(17.320)	(21.121)
Salários e encargos sociais.....	610	369
Juros sobre empréstimos.....	(4.097)	(1.798)
Outras obrigações.....	(5.954)	(5.798)
Fluxo de caixa gerado pela atividade operacional.....	52.495	70.575
Atividade de investimentos		
Aquisição do imobilizado.....	(15.815)	(11.661)
Alienação do imobilizado.....	51	2.560
Aquisição de investimentos.....	(6.286)	(245)
Alienação de investimentos.....	2.964	-
Fluxo de caixa consumido pela atividade de investimentos.....	(19.086)	(9.346)
Atividade de financiamentos		
Pagamento partes relacionadas.....	(87.506)	(66.329)
Empréstimos pagos.....	(1.527)	(9.088)
Empréstimos recebidos.....	47.025	-
Fluxo de caixa aplicado na atividade de financiamento.....	(42.008)	(75.417)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa.....	(8.599)	(14.188)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	16.252	30.440
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício.....	7.653	16.252
Informação adicional:		
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	10.612	13.635
Transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	27.035	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital	Ágio na subscrição de ações	Reserva para incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008.....	279.891	65.325	2.380	(133.386)	214.210
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	67.055	67.055
Em 31 de dezembro de 2009.....	279.891	65.325	2.380	(66.331)	281.265
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	72.850	72.850
Destinação do lucro do exercício					
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(12.870)	(12.870)
Em 31 de dezembro de 2010.....	279.891	65.325	2.380	(6.351)	341.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CIMENTO TUUPI S.A. - CNPJ 33.039.223/0001-11

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais)**

	2010	2009
Receita		
Receita operacional bruta.....	480.611	451.382
Devoluções de vendas	(187)	(267)
Provisão para devedores duvidosos.....	(325)	(348)
Outras despesas operacionais líquidas.....	(2.977)	(4.637)
	477.122	446.130
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos vendidos	(214.828)	(198.886)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(104.934)	(95.896)
Perda de valores ativos	(11.055)	-
Valor adicionado bruto.....	146.305	151.348
Retenções		
Depreciação e amortização.....	(3.684)	(7.373)
Valor adicionado líquido produzido.....	142.621	143.975
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial.....	3.646	(2.865)
Receitas financeiras	16.459	13.518
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais	27.035	-
Valor adicionado total a distribuir.....	189.761	154.628
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	35.854	33.217
Impostos, taxas e contribuições	66.048	50.587
Juros e aluguéis	14.009	3.769
Lucros relidos	72.850	67.055
	189.761	154.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cimento Tuupi S.A. ("Companhia"), com sede à Avenida Presidente Wilson, 231, 29º andar, Centro, Rio de Janeiro, tem por objetivo social a fabricação de cimento e argamassas de todos os tipos em suas unidades fabris localizadas em Volta Redonda - RJ, Pedra do Sino - MG e Mogi das Cruzes - SP, a lavra de reservas minerais e aproveitamento das substâncias extraídas na fabricação de cimento, a prestação de serviços de concretagem e a participação em outras sociedades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 1 de março de 2011.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a provisão para devedores duvidosos; provisão para obsolescência dos estoques; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP). A Companhia preparou suas demonstrações contábeis cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações contábeis, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPCs, sem que os saldos de 31 de dezembro de 2008 fossem alterados e, desta forma, a Companhia está apresentando tais saldos no balanço patrimonial, conforme requerido pelo CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Companhia avaliou os impactos da adoção dos novos pronunciamentos e não identificou efeito material relativamente à adoção dos mesmos sobre o saldo de abertura 1º de janeiro de 2009, saldos de 31 de dezembro de 2009 e saldos de 31 de dezembro de 2010. A Companhia não possui outros resultados abrangentes. Assim, a demonstração do resultado abrangente relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não está sendo apresentada.

A Companhia não apresenta demonstrações contábeis consolidadas, conforme requerido pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando o seguinte: i) a controladora da Companhia prepara demonstrações contábeis consolidadas com base nas mesmas práticas contábeis da Companhia; ii) a Companhia não possui (em 31 de dezembro de 2010) instrumentos de dívida ou patrimoniais públicos; iii) as demonstrações consolidadas da controladora da Companhia são divulgadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apreensão das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

d) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto que foram promulgadas na data do balanço.



Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.
- As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Programa de Integração Social - PIS: 1,65%.
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%.
Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços - ICMS: 18%.

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

e) Provisão para devedores duvidosos

É constituída com base em análise pela Administração da carteira de clientes conjugada com experiência operacional e a conjuntura econômica.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

g) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo.

h) Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Administração efetua revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado que foram consideradas consistentemente ao longo dos anos; e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação de bens do imobilizado, é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa 9, que levam em consideração a vida útil-econômica desses bens como segue (em anos):

	Até 2009	A partir de 2010
Edifícios.....	25	30
Máquinas, equipamentos e instalações industriais.....	10	50
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Vagões ferroviários.....	10	30
Outros.....	5	5

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

i) Intangível

Reflete os custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução de valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são basicamente compostos por direitos minerários, os quais são amortizados linearmente com base no prazo do contrato de exploração, a partir do início da exploração dos ativos.

j) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

k) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são atualizados com base nas variações monetárias e taxas de câmbio e incluem os juros incorridos até a data do balanço, conforme previsto contratualmente.

l) Provisão para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia reconhece provisão para contingências para processos considerados com risco de perda provável. Os processos considerados com risco de perda possível são apenas objeto de divulgação, quando representam valores materiais, e os processos considerados com risco de perda remota não são divulgados ou provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

m) Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

n) Participação nos resultados

A Companhia provisiona anualmente a participação de empregados no resultado, em função de metas divulgadas a seus colaboradores e aprovadas em acordo coletivo. Tais valores registrados como despesa de pessoal, na rubrica despesas gerais e administrativas.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações de valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com

o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, também emitido pelo CPC.

p) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

p.1) Ativos financeiros: os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

(ii) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

(iii) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

(iv) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, menos as perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

p.2) Passivos financeiros: os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

(i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

(ii) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos.....	5.484	6.331	2.816
Fundos de investimento - DI.....	-	9.921	27.624
Títulos de crédito - CDB DI 1.....	2.169	-	-
	7.653	16.252	30.440

Os investimentos em fundos de investimento - DI, referem-se a aplicações no Credit Suisse e são representados por quotas de fundos de investimentos de curto prazo, com rendimentos próximos à variação dos Certificados de Depósitos Inter-financeiros - CDI e com disponibilidade diária.

4. CONTAS A RECEBER

	2010	2009	01/01/2009
Duplicatas a receber.....	35.993	34.152	31.321
Provisão para devedores duvidosos (PDD).....	(9.375)	(9.965)	(9.347)
	26.618	24.187	21.974

A movimentação da provisão para devedores duvidosos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2009.....	9.347
(+) Complemento PDD.....	348
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	9.695
(+) Complemento PDD.....	325
(-) Baixas ocorridas	(645)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.375

O saldo da provisão para devedores duvidosos inclui a provisão para perda com um cliente específico no valor de R\$8.665, relacionada a uma transação com mercado exterior efetuada no passado.

O saldo do contas a receber em 31 de dezembro, por idade de vencimento, era como segue:

	2010	2009	01/01/2009
A Vencer	26.012	23.695	21.820
Vencidos entre 31 e 90 dias	549	482	76
Vencidos entre 91 e 180 dias	57	10	78
Vencidos há mais de 181 dias	9.375	9.965	9.347
	35.993	34.152	31.321

5. ESTOQUES

	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Produtos acabados.....	1.961	2.425	2.283
Produtos em elaboração.....	1.922	6.177	4.110
Matéria-prima - escória.....	20.385	30.952	17.071
Outras matérias-primas	16.219	6.552	8.009
Materiais para manutenção e consumo	8.342	6.486	4.909
Estoque em trânsito.....	705	672	1.538
	49.534	53.244	37.920
	2010	2009	01/01/2009

Não circulante			
Matéria-prima - escória.....	4.324	18.684	32.310
	4.324	18.684	32.310

A Companhia firmou um Termo de Acordo entre a Companhia e a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, no qual a CSN se comprometeu a fornecer à Companhia como dação em pagamento 850.000 toneladas de escória granulada bruta base úmida ("escória nova"). O fornecimento da escória nova pela CSN possui as seguintes quantidades previstas: 400.000 toneladas em 2010, 300.000 toneladas em 2011 e 150.000 toneladas em 2012.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2010	2009	01/01/2009
Ativo circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	1.486	3.751	3.250
Imposto de renda - antecipação	2.198	2.974	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - antecipação.....	811	2.280	-
Outros	43	291	605
	4.538	9.296	3.855

Ativo não circulante
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)

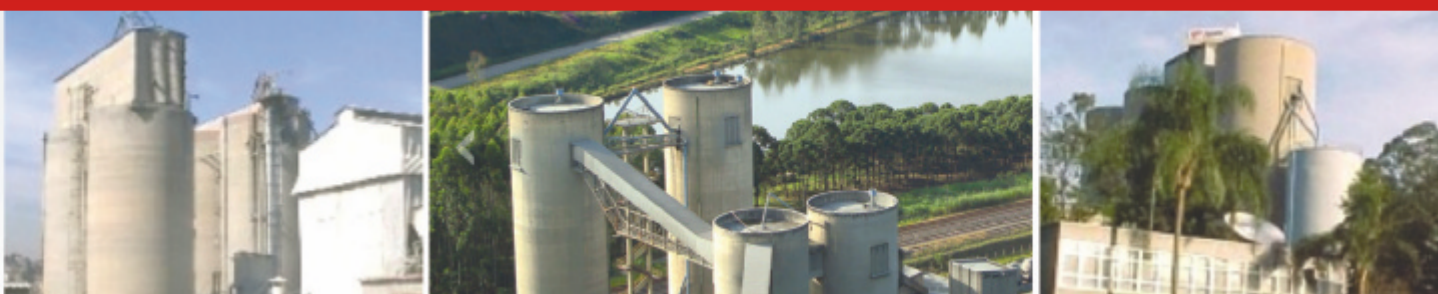
2.412 - - -
O valor do ICMS a recuperar classificado no ativo não circulante é referente ao ICMS CIAP sobre aquisição de ativo fixo, cuja recuperação se dará após os próximos doze meses.

7. TÍTULOS A RECEBER

	2010	2009	01/01/2009
Polimix Concreto Ltda.....	-	-	31.429
CAL			



CIMENTO TUUPI S.A. - CNPJ 33.039.223/0001-11



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

a) Informações sobre as principais controladas

	2010		2009		01/01/2009			
	Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Tupimec Indústria Mecânica Ltda.	Tupi Mineradora de Calcário Ltda.	Cimento Tupi do Nordeste Ltda.	Agropecuária Tupi Ltda.	CimentoTupi Overseas, Inc.	Agropecuária Tupi Ltda.	CimentoTupi Overseas, Inc.
	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.
Em 31 de dezembro de 2010								
Participação no capital social - %...	99,94	99,99	98,15	99,93	99,99	100,00	99,99	100,00
Patrimônio líquido.....	31.927	1.984	6.350	(4.278)	25.730	22.451	28.267	22.451
Lucro (Prejuízo) do exercício.....	18.317	(1.329)	-	(3.641)	(2.537)	-	24.826	-

b) Movimentação dos Investimentos

	Mape	Tupimec	Tupi	Cimento	2010			2009			01/01/2009		
	Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Indústria Mecânica Ltda.	Mineradora de Calcário Ltda.	Tupi do Nordeste Ltda.	Agropecuária Tupi Ltda.	Outros	Total	Agropecuária Tupi Ltda.	Outros	Total	Agropecuária Tupi Ltda.	Outros	Total
	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.
Saldo no início do exercício.....	11.045	-	25.730	3.313	-	-	7.700	47.788	39.608	15.387	-	-	-
Integralizações.....	-	-	-	6.300	-	-	6.300	-	-	-	-	-	-
Aquisição de investimentos.....	19.714	-	-	-	-	-	19.714	11.045	-	-	-	-	-
Baixa de investimento.....	-	-	-	-	-	-	(2.964)	(2.964)	-	-	-	-	-
Baixa por incorporação.....	-	-	(19.728)	-	-	-	(19.728)	-	-	-	-	-	-
Dividendos recebidos.....	(16.989)	-	-	-	-	-	(16.989)	-	-	-	-	-	-
Amortização do ágio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(550)	-	-	-
Equivalência patrimonial.....	18.139	(6.002)	(1.329)	-	(4.275)	(2.887)	3.646	(2.865)	24.557	-	-	-	-
Ajuste no patrimônio líquido da investida com absorção mútuos entres companhias...	-	-	-	-	4.275	-	4.275	-	-	-	-	-	-
Total do investimento.....	31.909	-	1.984	6.300	-	1.849	42.042	47.788	39.608	-	-	-	-
Participação no patrimônio líquido.....	31.909	-	1.984	6.300	-	1.849	42.042	47.788	39.608	-	-	-	-

Agropecuária Tupi Ltda.

Com sede em Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, onde ocupa uma área de 15.282 hectares, explora a agricultura de soja e arroz e pecuária de corte. Em 31 de dezembro de 2009, a Agropecuária Tupi Ltda., ingressou na Sociedade Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda., com a subscrição e integralização de capital no montante de R\$ 8.795, mediante cessão e transferência de imóvel. Em setembro de 2010, houve a incorporação da Agropecuária Tupi Ltda. pela Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda. que possui sede na cidade do Rio de Janeiro e efetua a exploração de atividades imobiliárias.

Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda.

Em 2009, a Companhia ingressou na Mape Incorporação e Empreendimentos Ltda., juntamente com a Agropecuária Tupi, como mencionado acima, com a subscrição e integralização de capital no montante de R\$ 11.045, mediante a cessão e transferência de imóvel e parte em moeda corrente. A Mape tem como principal objetivo a incorporação e exploração de imóveis.

Tupimec Indústria Mecânica Ltda.

A Tupimec foi fundada em 06 de julho de 1982, e tem como objeto a fabricação,

comercialização e exportação de peças e equipamentos mecânicos, bem como serviços de beneficiamento a eles relativos, serviços de montagens e prestação de serviços de representações comerciais, serviços de reparos navais, manutenção de equipamentos marítimos, portuários e ferroviários, podendo participar no capital de outras sociedades como sócia quotista ou acionista.

Tupi Mineradora de Calcário Ltda.

A Tupi Mineradora foi fundada em 26 de junho de 2007 e tem como objeto a exploração e aproveitamento de jazidas minerais em todo o território nacional, podendo ainda participar em sociedades comerciais, industriais ou financeiras, como acionista ou quotista, observadas as exigências legais. A controlada não teve atividades operacionais em 2010. Durante o exercício a Companhia integralizou R\$6.300 na controlada, que adquiriu uma jazida de calcário no sul do Brasil.

Cimento Tupi do Nordeste Ltda.

A Cimento Tupi do Nordeste foi fundada em 3 de fevereiro de 1989 e tem como objeto a a fabricação de cimento, a venda, transporte e exportação dos produtos, o aproveitamento de jazidas minerais e a participação em outras sociedades na qualidade de sócia-quotista ou acionista.

9. IMOBILIZADO

Contas	2010		2009		01/01/2009	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Terrenos.....	4.245	-	4.245	3.863	20.140	-
Edifícios.....	30.335	(16.578)	13.757	14.571	15.722	2% (2009 - 4%)
Máquinas, equipamentos e instalações industriais.....	204.831	(171.625)	33.206	38.767	40.056	3,33% (2009 - 10%)
Móveis e utensílios.....	2.930	(2.675)	255	183	170	10%
Veículos.....	1.256	(1.181)	75	113	87	20%
Vagões ferroviários.....	1.908	(822)	1.086	1.146	1.011	3,33% (2009 - 10%)
Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	2.198	(1.916)	282	239	490	(*)
Máquinas e equipamentos a instalar.....	33.123	-	33.123	33.123	33.384	-
Outros.....	4.796	(3.707)	1.089	882	734	20%
Obras em andamento.....	31.917	-	31.917	20.971	15.902	-
Adiantamentos a fornecedores.....	2.094	-	2.094	846	-	-
	319.633	(198.504)	121.129	114.704	127.696	-

(*) Depreciação de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de R\$ 3.340 (R\$ 6.555 em 2009) relacionado à depreciação foi contabilizado como custo de produto vendido.

Em atendimento ao Pronunciamento CPC nº 27 e ICPC nº 10, durante o exercício de 2010 a Companhia procedeu a avaliação da vida útil estimada dos bens que compõem o ativo imobilizado, bem como os seus respectivos valores residuais. Referidas análises foram realizadas por peritos habilitados para esta finalidade, tendo como base premissas bem fundamentadas e passíveis de verificação por terceiros. Com base em referida análise, a Companhia revisou as estimativas contábeis referentes às taxas de depreciação de edifícios,

máquinas, equipamentos e instalações industriais e vagões ferroviários, gerando um efeito no resultado do exercício de 2010 de R\$3.818 (menos depreciação, em comparação com exercícios anteriores), representando um ganho por lote de mil ações de R\$17,79 (valor expresso em reais). Em 2010, com base em laudo de avaliação emitido por especialista, a Companhia registrou provisão para perda por redução ao valor recuperável do imobilizado relacionada a um conjunto de equipamentos e máquinas que se encontravam em desuso no montante de R\$11.055.

As máquinas e os equipamentos a instalar estão representados por bens que serão utilizados em futuros projetos de expansão das atividades da Companhia.

A movimentação do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

Custo do imobilizado	Terrenos		Máquinas, eqptos. e instal. industriais		Móveis e utensílios		Veículos		Vagões ferroviários		Benfeitorias em imóveis e de terceiros		Máquinas a instalar		Outros		Obras em andamento		Adtos a fornecedores		Total
	Terrenos	Edifícios	industriais	industriais	utensílios	utensílios	Veículos	Veículos	ferroviários	ferroviários	de terceiros	de terceiros	a instalar	a instalar	Outros	Outros	andamento	andamento	fornecedores	fornecedores	
Saldo em 1/1/2009	20.139	30.268	204.414	2.760	1.291	1.490	2.091	33.384	3.834	15.902	-	315.573	-	-	-	-	-	-	-	-	315.573
Adições	-	62	3.745	53	73	418	229	-	425	6.306	846	12.157	-	-	-	-	-	-	-	-	12.157
Baixas	(16.276)	(6)	-	-	(108)	-	-	(261)	-	(1.237)	-	(17.888)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.888)
Saldo em 31/12/2009	3.863	30.324	208.159	2.813	1.256	1.908	2.320	33.123	4.259	20.971	846	309.842	-	-	-	-	-	-	-	-	309.842

Custo do imobilizado	Terrenos		Máquinas, eqptos. e instal. industriais		Móveis e utensílios		Veículos		Vagões ferroviários		Benfeitorias em imóveis e de terceiros		Máquinas a instalar		Outros		Obras em andamento		Adtos a fornecedores		Total
	Terrenos	Edifícios	industriais	industriais	utensílios	utensílios	Veículos	Veículos	ferroviários	ferroviários	de terceiros	de terceiros	a instalar	a instalar	Outros	Outros	andamento	andamento	fornecedores	fornecedores	
Saldo em 31/12/2009	3.863	30.324	208.159	2.813	1.256	1.908	2.320	33.123	4.259	20.971	846	309.842	-	-	-	-	-	-	-	-	309.842
Adições	382	11	8.156	117	-	-	87	-	537	11.423	2.605	23.318	-	-	-	-	-	-	-	-	23.318
Baixas	-	-	(11.485)	-	-	-	(209)	-	-	(477)	(1.356)	(15.527)	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.527)
Saldo em 31/12/2010	4.245	30.335	204.831	2.930	1.256	1.908	2.198	33.123	4.796	31.917	2.094	319.633	-	-	-	-	-	-	-	-	319.633

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2010		2009		01/01/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional						
FINAME - Bancos Fibra e Safra - juros de 13% ao ano e atualização monetária a índices oficiais com vencimentos até 2010.....	-	-	991	2.100	991	-
BDMG e outros - juros de 4,5% a 7% ao ano (Dez/2009 - 13%) e atualização monetária com base em cesta de índices oficiais, com vencimentos até 2015.....	1.027	6.153	536	642	428	-
Capital de giro						
Banrisul/Sofisa, Alfa, ABC Brasil, outros bancos - encargos médios de 14,67% ao ano (Dez/2009 - 2008 - 19%), com vencimentos até mar/2012.....	34.980	13.000	-	7.275	-	-
	36.007	19.153	1.527	10.017	1.419	-

Os financiamentos estão garantidos por hipoteca de parte dos bens da fábrica de Pedra do Sino - MG - e pelos bens financiados no caso de FINAME.

Não existem cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010.

O saldo dos empréstimos registrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010, possui o seguinte cronograma de vencimento:

2012	15.344
2013	1.783
2014	1.218
2015	808
	19.153

11. PARTES RELACIONADAS

a) Ativo e passivo circulante e transações

Os saldos e as transações com partes relacionadas, referentes basicamente a contas correntes mantidas e ao fornecimento de serviços e insumos para produção e operação dos negócios das sociedades, além de cobrança por serviços administrativos prestados, podem ser assim demonstrados:

	Mape	Tupimec	Cimento	Tupi	CP	2010			2009			01/01/2009		
	Incorporação e Empreendimentos Ltda.	Indústria Mecânica Ltda.	Tupi do Nordeste Ltda.	Mineradora de Calcário Ltda.	Cimento e Participações S.A.	Outros	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Total	
	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	S.A.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	Ltda.	
Ativo não circulante														
Contas correntes.....	-	-	801	9.280	173.359	3.232	186.672	66.122	14.114	-	-	-	-	
Passivo circulante														
Contas correntes.....	17.705	-	-	-	-	881	18.586	11.199	31.936	-	-	-	-	
Transações														
Custo dos produtos vendidos.....	-	(4.271)	-	-	-	-	(4.271)	(4.911)	(3.691)	-	-	-	-	
Receitas (despesas) financeiras.....	-	-	-	-	12.944	-	12.944	4.104	(3.422)	-	-	-	-	

O saldo a receber da CP Cimento e Participações S.A. tem prazo de vencimento em até dois anos a partir de julho de 2009 e incidência de encargos pela variação do CDI acrescida de juros de 1,60% ao ano. Custo dos produtos vendidos e de serviços prestados correspondem, principalmente, a compra de materiais para manutenção.

b) Outras Informações

Além das partes relacionadas descritas acima, a Companhia possui investimentos nas seguintes empresas, com as quais não praticou transações em 2010 e 2009:

Controladas diretas

- Sandra Mineração Ltda.

- Tupi Rio Transportes S.A.
- Cimento Tupi Overseas Inc.

12. CONTAS A PAGAR SOBRE PROCESSO JUDICIAL

Refere-se ao saldo a pagar do acordo na ação demarcatória movida pelo Espólio de Fioravante Bargiona, referente a imóvel adquirido de Codemig - Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais. O saldo total do acordo foi de R\$15.000, pagáveis em 30 parcelas fixas mensais de R\$500, sendo a primeira parcela em 30 de abril de 2009. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo remanescente de R\$4.500 (R\$10.500 em 31 de dezembro de 2009) representava nove parcelas remanescentes (vinte e uma parcelas em 31 de dezembro de 2009), sendo a última com vencimento em 30 de setembro de 2011.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

Refere-se a parcelamentos de PAES, ICMS, INSS, e Lei 11.941/2009, obtidos pela Companhia junto aos órgãos Federais e Estaduais a partir do ano de 2003.

	2010	2009	01/01/2009
Passivo circulante.....	8.770	12.431	10.660
Passivo não circulante.....	35.307	38.232	24.234

As parcelas de passivo circulante estão incluídas na rubrica tributos a recolher. Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/09, principalmente para o PIS e COFINS. Esta opção resultou em uma redução da dívida em R\$ 6.111, reconhecida na rubrica outras despesas e receitas operacionais na demonstração de resultados.

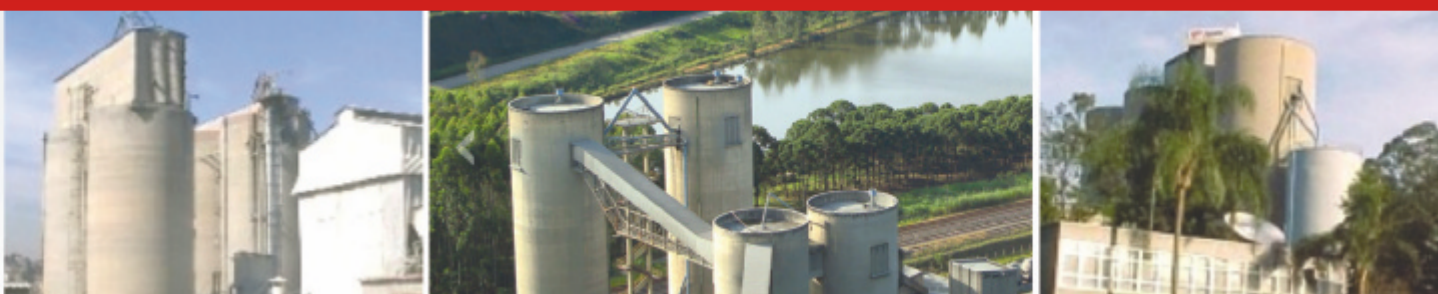
O saldo registrado no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2010, possui o seguinte cronograma de pagamento:

Cronograma de pagamentos		
2012		6.127
2013		5.405
2014		4.483
2015		2.937
2016 em diante		16.355
		35.307

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 107.336.023 ações ordinárias e 107.336.023 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não fazem jus ao recebimento de dividendo mínimo ou fixo. Em 31 de dezembro de 2



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A redução da provisão no exercício de 2009 foi decorrente do parcelamento da contingência de PIS e COFINS, conforme divulgado na nota explicativa 13.

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2010 depósitos judiciais no montante de R\$2.955 (R\$2.111 em 2009).

Adicionalmente, A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possível para as quais não há provisão para contingências constituída. O valor de tais contingências em 31 de dezembro de 2010 era de R\$41.750, conforme abaixo:

Natureza	2010
Contingências tributárias.....	23.278
Contingências cíveis.....	2.375
Contingências trabalhistas	16.097
	41.750

17. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a prática de contratar cobertura de seguros para seus estoques e bens do ativo imobilizado na modalidade de Seguros de Riscos Operacionais. Na avaliação dos riscos, são considerados os seguintes aspectos: (a) localização descentralizada das plantas industriais (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo); (b) natureza das atividades; e (c) medidas preventivas contra acidentes. O

18.2. CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

2010			2009			1/1/2009			
A valor justo por meio			A valor justo por meio			A valor justo por meio			
Ativos financeiros	Recebíveis	do resultado	Total	Recebíveis	do resultado	Total	Recebíveis	do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	7.653	7.653	-	16.252	16.252	-	30.440	30.440
Contas a receber.....	26.618	-	26.618	24.187	-	24.187	21.974	-	21.974
Tributos a recuperar.....	6.950	-	6.950	9.296	-	9.296	3.855	-	3.855
Títulos a receber.....	23.342	-	23.342	21.096	-	21.096	50.494	-	50.494
Saldos a receber de partes relacionadas...	186.672	-	186.672	66.122	-	66.122	14.114	-	14.114
	243.582	7.653	251.235	120.701	16.252	136.953	90.437	30.440	120.877

Os principais passivos financeiros da Companhia podem ser classificados como valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2010	2009	01/01/2009
Fornecedores.....	9.533	10.067	10.214
Empréstimos e financiamentos.....	55.160	1.527	11.436
Contas a pagar a partes relacionadas....	29.596	11.270	31.936
Juros sobre capital próprio e dividendos....	11.011	71	71
	105.300	22.935	53.657

Em 2010 e 2009, a Companhia não registrou ativos financeiros mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

• Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

• O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

• As taxas de juros de empréstimos e financiamento são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

18.3. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços);
- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa.....	-	7.653	-

18.4. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a variação cambial deve ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente à contratação da dívida que deu origem à tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Risco de moeda com variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de flutuações das taxas de câmbio. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía saldos relevantes mantidos em moeda estrangeira.

limite máximo da indenização - LMI - é de R\$ 90.000 para as plantas industriais e de até R\$ 10.000 para as demais unidades. Os montantes de coberturas contratadas levam em consideração as estimativas para cobrir eventuais perdas em locais de maior concentração de riscos e a perda máxima possível de sinistro em um único evento.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

18.1. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que as vendas são pulverizadas em um grande número de clientes, sendo as vendas condicionadas a um limite de crédito estipulado individualmente por cliente. A provisão para devedores constituída em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é basicamente referente a um cliente específico.

c) Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras oriundas principalmente dos empréstimos contratados.

d) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. A Companhia encontra-se negociando todos os seus contratos com o objetivo de alinhar o giro dos pagamentos com os recebimentos e, dessa forma, melhorar a posição do capital circulante líquido que encontra-se negativo em 31 de dezembro de 2010.

18.5. QUADRO DEMONSTRATIVO DE ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - EFEITO NA VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade efetuada com base em alterações hipotéticas de riscos considerados relevantes pela Administração e que podem gerar impacto adverso nas demonstrações financeiras:

Análises de sensibilidade (*)	Efeito estimado no resultado de 2010 antes dos impostos	R\$
Sensibilidade na taxa de juros		
Aumento de 20% na taxa básica de juros.....	1.185	
Redução de 20% na taxa básica de juros.....	(1.140)	

(*) Com base nos efeitos reais do exercício de 2010, a Administração efetuou as sensibilidades acima mantendo todas as demais variáveis.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possuía operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Programa de participação dos funcionários nos resultados

A Companhia tem firmado acordo anual coletivo para a participação dos funcionários nos resultados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a provisão constituída de R\$ 2.969 (R\$ 3.347 em 2009) foi refletida na rubrica "despesas gerais e administrativas" no resultado do exercício.

20. Honorários da administração

Os honorários dos administradores da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 3.395 (R\$ 2.828 em 2009).

A Companhia não paga outros benefícios aos administradores.

21. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a demonstração do resultado era apresentada iniciando-se pela receita operacional bruta. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Receita bruta de vendas		
Vendas de produtos.....	480.611	451.382
	480.611	451.382
Deduções sobre vendas.....	(105.828)	(103.040)
Devoluções de vendas.....	(187)	(267)
ICMS sobre vendas.....	(84.151)	(78.948)
PIS e COFINS sobre vendas.....	(21.490)	(19.597)
Outras deduções.....	-	(4.228)
Receita operacional líquida.....	374.783	348.342

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2010	2009
Outras despesas operacionais		
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de equipamentos do imobilizado.....	(11.055)	-
Despesa com alienação do ativo imobilizado.....	(6.441)	(4.640)
Despesa com multas.....	-	(3.296)
Outras despesas operacionais.....	(1.108)	(5.619)
	(18.604)	(14.539)

	2010	2009
Outras receitas operacionais		
Receita de indenização de seguro.....	2.055	-
Redução contingência PIS e COFINS (Lei 11.941)....	-	6.111
Outras receitas operacionais.....	1.078	34
	3.133	6.145
	(15.471)	(8.394)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2010	2009
Despesas financeiras		
Despesa com juros sobre empréstimos.....	(4.245)	(1.276)
Despesa com juros sobre capital próprio.....	(12.870)	-
Outras despesas financeiras.....	(7.395)	(319)
	(24.510)	(1.595)

	2010	2009
Receitas financeiras		
Receita de juros sobre contrato de mútuo.....	12.944	4.104
Receita de atualização títulos a receber-Cal Itau.....	2.247	2.030
Receita sobre aplicação financeira.....	297	4.523
Outras receitas financeiras.....	971	2.861
	16.459	13.518
	(8.051)	11.923

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentado qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

25. PROCESSO DE INCORPORAÇÃO (NÃO AUDITADO)

A Companhia planeja incorporar as operações da controladora CP Cimento e Participações S.A., cujo processo está em análise junto à Comissão de Valores Mobiliários no Brasil. Com base no andamento do processo, a Administração da Companhia espera sua conclusão durante o primeiro trimestre de 2011. Caso o processo de incorporação tivesse ocorrido em 2010, o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2010 seria como segue (Não Auditado):

	2010
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa.....	8.109
Contas a receber.....	26.657
Estoques.....	52.206
Impostos a recuperar.....	8.463
Outros.....	6.410
Total do ativo circulante.....	101.845
Não circulante	
Títulos a receber.....	27.396
Estoques.....	19.526
Partes relacionadas.....	28.309
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	60.289
Outros ativos não circulantes.....	11.365
Investimentos.....	2.099
Imobilizado.....	151.998
Intangível.....	114.735
Total do ativo não circulante.....	415.717
Total do ativo.....	517.562
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Fornecedores.....	16.609
Salários e encargos sociais.....	4.720
Empréstimos e financiamentos.....	37.507
Partes relacionadas.....	8.828
Tributos a recolher.....	21.644
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	166
Contas a pagar sobre processo judicial.....	4.500
Outras contas a pagar.....	30.205
Total do passivo circulante.....	127.179
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos.....	19.153
Impostos e contribuições parcelados.....	36.273
Provisão para contingências.....	1.693
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	6.470
Total do passivo não circulante.....	63.589
Patrimônio líquido	
Capital social.....	279.891
Reservas de capital.....	13.834
Lucros acumulados.....	32.903
	326.628
Participação de minoritários.....	166
Total do patrimônio líquido.....	326.794
Total do passivo e patrimônio líquido.....	517.562

O balanço patrimonial acima foi preparado considerando:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias;
- Eliminação das participações no capital, reservas e resultados acumulados das companhias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA		
André Adrien Theodore Bucsan Presidente	Demétrio José Costa Martins Simões Vice-Presidente	Manuel Moreira Guerra Conselheiro	André Adrien Theodore Bucsan Diretor Presidente	Flora Koranyi Ribeiro Carramaschi Diretora de Relações com Investidores	Titus Carlos Freiherr Von Bertrand Diretor

CONTADOR
Oswaldo Bonani
CRC 1 SP 143.620 "S" R.J.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Cimento Tuipi S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Cimento Tuipi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cimento Tuipi S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar para companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 29 de janeiro de 2010, que não conteve qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2011